

ENSINO SUPERIOR, DIVERSIDADE CULTURAL E DIREITOS HUMANOS. DESAFIOS EM TEMPOS DE AUTORITARISMO¹

HIGHER EDUCATION, CULTURAL DIVERSITY, AND HUMAN RIGHTS: CHALLENGES IN TIMES OF AUTHORITARIANISM

Anny Ocoro Loango

Profa. Dra. en Ciencias Sociales de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO Argentina)
aoloango@untref.edu.ar

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5814-2368>

RESUMO: Esta Conferência aconteceu no IV Seminário Nacional do NUDES, I Seminário Internacional do NUDES: Sociedade, Educação e Direitos Humanos: equidade na diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade. Educação. Direitos Humanos Equidade. Diversidade.

ABSTRACT: This conference took place during the 4th National Seminar of NUDES, 1st International Seminar of NUDES: Society, Education and Human Rights: equity in diversity.

KEYWORDS: Society. Education. Human Rights. Equity. Diversity.

“El mundo es como una máscara que baila. Si quieres verlo bien, no te quedes en un solo lugar”
Chinua Achebé

Bom dia,

Quero agradecer à professora Maria Aparecida e sua equipe pelo convite. É um prazer estar aqui com vocês e poder compartilhar esta conferência de abertura. Quero também agradecer a todos vocês por estarem aqui, por me oferecerem sua escuta.

¹Conferência de abertura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TsiqUqq3ytI>
Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL, v. 8., n. 1, mar. 2026, p. 9-20.
ISSN 2675-5955
DOI: 10.48178/intersecao.v8i1.710

Para começar, acho importante nos referirmos ao contexto em que estamos imersos. Vivemos tempos complexos em que a crescente automatização dos processos produtivos, a expansão dos meios digitais e a centralidade que a Inteligência Artificial vai ganhando são uma realidade da qual não podemos fugir. As plataformas virtuais estão transformando totalmente nossa vida cotidiana, bem como a organização social e econômica das sociedades atuais. As mudanças estão ocorrendo não apenas no mundo do trabalho e nas formas de organização das instituições, mas também nas subjetividades que afetam as relações humanas.

Em suma, é uma transformação que não é exclusivamente econômica ou tecnológica, já que implica também uma mudança cultural em grande escala que afeta tudo o que fazemos. Assistimos a uma mudança civilizatória que nos coloca perante um processo de transformação inimaginável em que emerge uma nova sociedade. Uma mudança que alguns advertem como uma forma de colonialismo digital que traz aparelhadas novas formas de dominação.

Ao mesmo tempo, muitas das narrativas que davam coerência, significado e coesão às sociedades estão hoje em declínio. A incerteza domina o cenário e não deixamos de nos preocupar com o que está por vir, pois na verdade não sabemos se estamos entrando num mundo à deriva e à mercê de interesses espúrios que antecipam novas e maiores crises globais. Acontece que vislumbramos um presente tão incerto.

Vivemos um momento crucial que nos leva a um futuro que carrega as injustiças do presente, que carrega as marcas da desigualdade. Podemos ver isso claramente na situação dos povos indígenas e afrodescendentes que enfrentam desvantagens históricas e estruturais, em especial no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Estas desigualdades são uma expressão do racismo estrutural que, infelizmente, goza de boa saúde na região.

É sabido que estas populações, em geral, exercem empregos menos qualificados e, na sua maioria, em condições precárias no mercado de trabalho informal, o que reproduz as desvantagens cumulativas e restringe as suas possibilidades de mobilidade social. Além disso, têm sido historicamente marginalizadas em relação aos projetos hegemônicos de nação, e em vários países da região houve mesmo tentativas de apagá-las. Lembremos que, na América Latina,

e como produto do tráfico de escravizados implantado no quadro das relações coloniais, a cor da pele negra é inferiorizada. As populações negras foram associadas e aprisionadas numa estrutura que as degradou, objetificou e animalizou.

Os povos afrodescendentes na América Latina estão inseridos numa estrutura de poder que historicamente lhes atribuiu lugares subalternos numa ordem racial com claras desvantagens para eles. Os Estados-nação foram construídos sobre estas desigualdades raciais que, além de fecharem ou limitarem os espaços de participação destas populações na vida do país, reforçaram e mantiveram estereótipos e diferentes práticas de racismo e discriminação. O racismo e a discriminação condicionam não só o acesso aos bens materiais e simbólicos dos afrodescendentes, mas também a sua capacidade de intervir e participar na resolução dos problemas que os afetam.

Vale lembrar que, na América Latina, a intenção de mostrar sociedades homogêneas devido ao desejo das classes dominantes de moldar as populações para formar um cidadão de acordo com seu desígnio nacional, levou-as a combater ou negar a diversidade cultural e a gerar um coletivo identificação que neutralizaria diferenças ou heterogeneidades. Na verdade, "(...) nenhuma ideia de pluralidade de culturas dominou a América Latina até os últimos anos e de que os povos indígenas ou afro foram escondidos, aniquilados, marginalizados ou convertidos nacionalmente sem a participação efetiva dos cidadãos" (Grimson, 2011, p. 218).

Particularmente, os Estados latino-americanos foram formados a partir de um padrão de relações racializadas e desiguais, herdeiros do aparato colonial que produziu desvantagens estruturais tanto para os povos indígenas como para os afrodescendentes. Certamente, como afirma Oszlak, "o processo de emancipação constitui um ponto de partida comum na experiência nacional da América Latina, mas o ato de ruptura com o poder imperial não significou a suplantação automática do Estado colonial por um Estado nacional" (Oszlak, 1997, p. 5). Esta quebra também não ocorreu em todos os países no mesmo período. Brasil e Cuba, por exemplo, só alcançaram a abolição da escravatura por volta de 1888. Da mesma forma, entendemos que o Estado não é um objeto dado, mas é produto de relações históricas que se materializam num determinado momento.

O Estado, como sugere Osorio (2018), é a condensação das correlações de forças. Se diversas classes sociais (e outros agrupamentos) se desenvolvem e atuam na sociedade, todas elas buscam o desenvolvimento de seus interesses. Em graus variados, o Estado tem a particularidade de assumir reivindicações e posições de todas as classes, frações e setores. Mas fá-lo a partir da marca que implica a presença das classes que detêm o poder político e das que não o têm. Desta forma, muitos interesses sociais ganham expressão na vida comum, mas com as limitações estabelecidas pelos interesses dos agrupamentos sociais que dominam. (Osorio, 2018, p.1).

Consequentemente, existe uma forma de pensar sobre elas e de ver a sua história e identidade a partir de um lugar subalterno que limita o seu pleno acesso aos direitos dos cidadãos. Esta situação, na realidade, não pode ser ignorada quando se pensa nas especificidades que o racismo adquire nas nossas sociedades contemporâneas.

Lembremos que o discurso racista, ainda presente nas sociedades atuais, tem se manifestado principalmente contra os povos indígenas e afrodescendentes. Lamentavelmente, durante décadas, as sociedades latino-americanas procuraram negar as raízes negras e indígenas, bem como suas contribuições à história e cultura dos estados nacionais (Ocoró, 2020).

Ao mesmo tempo, vemos como os agronegócios e os projetos extrativistas de exploração de recursos naturais, bem como os megaprojetos de mineração e agrícolas capitalistas, colocam em risco a preservação dos territórios, dos direitos e das tradições culturais indígenas e afrodescendentes.

O capital devora e desfaz as fronteiras ético-culturais —e com elas os saberes, as práticas e as culturas que protegem o território que dele cuidam—, com o objetivo de comercializá-lo e favorecer a acumulação dos setores privilegiados da economia. Esta desapropriação territorial, e a violência que estas pessoas enfrentam hoje face ao ataque do capital com os seus grandes megaprojetos econômicos, estão articuladas com o racismo estrutural. Na verdade, essa virulência não pode ser compreendida sem levar em conta que os territórios, conhecimentos e identidades dos povos negros e indígenas foram classificados como inferiores, situação que autoriza a desapropriação e a violência já que vistos como pessoas sem valor.

Também é importante mencionar o momento político em que a região vive autoritarismos que nos alarmam. A extrema direita latino-americana tem se articulado a passos largos, e reedita o discurso racista para construir hegemonia nas diferentes camadas da sociedade. A agenda política do ódio também está ganhando espaço político e institucional em vários países, não só na região, mas também na Europa.

Encontramo-nos num contexto de crescente autoritarismo e de florescimento de subjetividades políticas inspiradas em ideias fascistas, racistas e fundamentalistas que procuram fortalecer projetos autoritários em benefício dos grupos mais poderosos. A ascensão do conservadorismo e da extrema direita na Argentina não só impulsiona o avanço neoliberal, mas também procura vencer a batalha cultural, aprofundando o racismo estrutural, a discriminação e a violência contra as diversidades sexuais, a militância feminista e as grandes majorias populares racializadas.

A educação com uma perspectiva de gênero, a educação sexual integral (ESA), a educação para os direitos humanos e a educação antirracista são percebidas, por alguns setores, como um ataque aos valores culturais e familiares. A educação plural enfrenta desafios como a resistência cultural, resistência cultural que pode ser capitalizada por projetos de direita, ultraconservadores, que vão contra a construção de uma educação cultural que seja sensível às desigualdades de gênero, de classe e raciais, tem sido sustentado que é não é necessário que o Estado trate das questões de gênero ou de discriminação, uma vez que a lei rege o princípio da igualdade e isso seria suficiente para garantir os seus direitos. Além disso, expressam-se com desprezo quando esses temas aparecem. A desigualdade “real” não é uma preocupação para a extrema direita, porque o seu único objetivo é a defesa da propriedade privada, à custa da opressão da maioria da população.

A isto acrescenta-se o movimento antigênero que está a varrer ou a ocorrer em muitos países. Uma demonização das lutas pela igualdade que nos atrasa, que nos enfraquece institucional e culturalmente. Também estamos vivenciando a emergência do Estado de discursos e narrativas de branqueamento e racialização hoje implantados pela extrema direita, como parte de uma nova narrativa para promover uma agenda neoliberal, antidemocrática, racista e classista que reivindica os crimes do último ditadura. Vivemos num contexto de agravamento da violência e de

múltiplas formas de discriminação. É um contexto que nos impõe muitos desafios desde o campo educacional para podermos garantir direitos e tornar visíveis as desigualdades em chave interseccional.

Esses discursos são também promovidos pelos grandes poderes midiáticos, que incluem as redes sociais e diferentes expressões do poder político, do poder empresarial e dos líderes religiosos. Estes últimos ocupam cada vez mais espaços institucionais e ganham espaço tanto no campo cultural como no campo simbólico, pois oferecem consolo e esperança às famílias que habitam territórios marcados pela violência, mas entorpecem sua resistência, cooptando-as para os interesses da direita. Acima de tudo, estamos assistindo a uma mudança cultural em que emergem novas subjetividades com as quais temos de dialogar e não as desqualificar pela sua imediatez ou porque, aparentemente, não defendem as nossas mesmas bandeiras, ou porque também são produzidas em tempos de capitalismo cultural, conforme descrito por Brea (2007).

O neofascismo, a extrema direita, governa em muitos lugares, está instalado em muitos lugares e não se esconde mais. Ao mesmo tempo, os sectores mais progressistas estão a recuar. A extrema direita alimenta-se da violência histórica que está segmentada nas nossas sociedades, capitaliza-a, quer restabelecê-la. ao mesmo tempo que buscamos fortalecer um projeto que quer nos transformar em meros indivíduos. Esta direita defende a retirada do Estado de áreas importantes do desenvolvimento e da política social, mas o seu forte papel na implementação das reformas neoliberais é mantido. Estas políticas foram implementadas com diferenças temporais e espaciais na região (Cavarozzi, 2000), deixando efeitos diversos nos países em que este conjunto de políticas foi implementado. Hoje ressurgem com força, trazendo consigo um novo esquema de orientação do Estado e da economia que subordina territórios, populações, recursos naturais e atividades humanas a critérios de mercado.

A ideia de responsabilidade individual e não mais de direitos está tomando conta da agenda e transformando as políticas sociais. Assim, os cidadãos foram chamados a garantir o seu bem-estar para si próprios, abandonando o interesse universalista do Estado-providência, para substituí-lo por políticas sociais focadas, precárias e privatizadas. Ao contrário dos anos noventa, onde o neoliberalismo veio

com uma orientação para políticas focadas, explica, que reduziu as despesas sociais dos Estados, e paradoxalmente propôs uma agenda de incorporação de direitos culturais a grupos específicos, o que levou muitos a criticar as políticas multiculturais como parte de uma fachada que legitimou o discurso da desregulamentação do mercado, os direitistas de hoje estão determinados a não levantar essas bandeiras, a dissolver-se num único sujeito que deixa de fora as maiorias populares.

Devo esclarecer, no entanto, que o reconhecimento das conquistas em termos de direitos e políticas sociais para os grupos étnicos nos países onde são minorias não pode ser simplificado e considerado uma política cultural do neoliberalismo, mesmo quando tem muito a ver com esse modelo económico, porque perderia de vista as lutas que acompanharam as reivindicações de inclusão e reconhecimento dos povos indígenas, afrodescendentes e outros grupos étnicos nas últimas décadas do século passado.

Sem dúvida, os movimentos sociais indígenas e afro-latinos tiveram uma forte presença organizacional desde a década de 80 do século passado que buscava gerar mudanças nas nações latino-americanas, fazendo parte de uma tendência global que proclamava a organização de grupos étnicos em torno da demanda para políticas de reconhecimento cultural. Mas, em última análise, esta extrema direita já não procura limitar as reivindicações destas pessoas ao formato autorizado (Hale, 2005), e conceder, a partir do espaço da cultura, o que nega na esfera da economia (Grimson, 2011), mas negá-los diretamente, aniquilá-los.

Hoje enfrentamos muitos desafios. Quero me referir a alguns específicos da área educacional.

Historicamente, o acesso ao ensino superior foi reservado aos grupos mais privilegiados e “a ampliação das oportunidades de acesso foi mais uma resposta a intensas demandas sociais do que o reconhecimento de um direito social” (Chiroleu, 2013, p. 2). Hoje faz parte da agenda de diversas universidades e de alguns Estados da região. Algumas universidades, nos últimos anos, têm promovido políticas inclusivas que visam democratizar o ensino superior.

Porém, em termos de acesso ao ensino superior, as populações indígenas e negras apresentam condições mais desfavoráveis que outros grupos. Apesar da crescente preocupação com a situação dos afrodescendentes, as regulamentações a

seu favor não têm sido acompanhadas de políticas articuladas que respondam aos problemas específicos desta população. Persistem os graves problemas de desigualdade que afetam este grupo populacional. Eles ainda têm de enfrentar o racismo e a discriminação racial e muitos dos seus direitos básicos permanecem não garantidos. A desigualdade torna-se maior quando se analisam os fatores étnico-raciais, pois existe uma relação direta entre pobreza, exclusão e cor da pele, que remonta ao período colonial. A existência de desigualdades estruturais e múltiplas formas de opressão que afetam as populações afrodescendentes e indígenas são agravadas quando se analisa a situação das mulheres desses grupos. As mulheres afrodescendentes e indígenas estão em situação de desvantagem e sofrem múltiplas formas de opressão, o que se traduz em menos oportunidades para exercer plenamente os seus direitos.

Vários estudos mostram uma redução significativa do analfabetismo e da escolaridade no nível primário de crianças afrodescendentes e indígenas na América Latina. No entanto, também registram uma queda na escolaridade durante a adolescência para grupos étnicos e particularmente na população afrodescendente. Como bem afirma Dubet, “se a igualdade de oportunidades não foi alcançada, não é apenas porque a sociedade é desigual, mas também porque o jogo escolar é mais favorável aos mais favorecidos” (Dubet, 2006, p. 15).

No acesso ao ensino superior surgem disparidades étnicas que se somam às dos níveis anteriores. É assim que “a probabilidade de um graduado do ensino médio continuar o ensino superior é persistentemente menor entre a população indígena e afrodescendente” (SITEAL, 2012, p. 18). Embora tenham sido feitos progressos notáveis no acesso dos grupos étnicos aos níveis de ensino primário e secundário, o desafio de alcançar a igualdade de acesso ao ensino superior permanece, bem como de superar os obstáculos que estes grupos enfrentam na sua navegação. Infelizmente, as estatísticas sobre o acesso e a graduação dos afrodescendentes no ensino superior são escassas. As políticas educativas não podem centrar-se apenas no acesso ou na graduação, mas devem também poder ser articuladas com outras políticas de igualdade racial para reverter os efeitos do racismo e da desigualdade nestes grupos.

Políticas orientadas a partir de critérios étnico-raciais na América Latina

Na América Latina, as políticas orientadas segundo critérios étnico-raciais são um fenómeno bastante recente. Só fizeram parte da agenda dos Estados na última década do século XX (Ocoró, Loango e da Silva, 2018). Nos últimos anos, embora não sejam suficientes e tenham recursos limitados, diversas experiências e modalidades de inclusão de povos afrodescendentes e indígenas na América Latina foram desenvolvidas.

Nas últimas décadas, diferentes espaços curriculares do ensino secundário na América Latina e no Caribe incorporaram o conhecimento e a história dos afrodescendentes, abrindo novas possibilidades e horizontes para tornar visível a diáspora africana na América Latina, valorizar sua história e combater o racismo.

No entanto, os esforços para valorizar e tornar visível a cultura e as contribuições das pessoas de ascendência africana manifestam-se de diversas formas e cruzam-se com a realidade complexa de desigualdade, racismo e discriminação racial que existe na região.

Na região, o Brasil é a principal referência na aplicação de políticas de ações afirmativas para a população negra. Também foi pioneiro nessas lutas, sendo o primeiro país da região a propor cotas para negros e indígenas.

A partir de diversas abordagens teóricas e posicionamentos políticos no âmbito dos processos universitários que avançam no sentido do reconhecimento e articulação do conhecimento, da epistemologia negra no sistema educativo e que mostram que o sistema educativo que responde a uma estrutura ideológica, epistemologicamente, económica e politicamente direcionado a grupos hegemónicos. São processos que se unem através de:

- Etnoeducação;
- educação antirracista;
- educação intercultural;
- relações étnico-raciais;
- ações afirmativas ou políticas de cotas.

Estas são algumas formas pelas quais esses debates são cristalizados, pelos quais são conhecidos.

Todos eles procuram dismantlar e dismantlar postulações hegemónicas e racializadas para colocar a pertença étnica num plano avaliativo, questionar o tratamento racializado das relações sociais, políticas e económicas e promover a igualdade racial.

Devemos dizer, no entanto, que, com algumas exceções, como o caso brasileiro, onde as ações afirmativas são lei, os esforços limitados para incluir essas populações têm sido desenvolvidos através da implementação de ações, muitas vezes limitadas à “autonomia” universitária e não como parte de uma política abrangente dos Estados. Mesmo com os avanços significativos que existem no Brasil, em relação ao acesso da população negra ao ensino superior, poderíamos afirmar que na região existe uma desigualdade estrutural no ensino superior e há uma dívida histórica no ensino superior com indígenas e afro- grupos descendentes. O carácter exclusivo e monocultural das universidades, seus modelos de formação, pesquisa e relacionamento com as populações indígenas e afrodescendentes, constituem um dos maiores problemas a serem resolvidos para gerar verdadeiros dispositivos de inclusão e ampliação de direitos nos sistemas de ensino superior.

Diante deste cenário, surge a questão de como gerar novos mecanismos de abertura à diversidade, a partir da universidade, num continente estressado internamente pelas desigualdades étnico-raciais. Os debates étnico-raciais, antirracistas e interculturais permitem-nos problematizar as complexas inter-relações entre o Estado, os grupos étnicos e o ensino superior e colocam-nos o desafio de alcançar políticas que ampliem os direitos das populações indígenas e afrodescendentes e melhorem a investigação, produção e transferência de conhecimento no ensino superior.

Uma política pública mais plural de inclusão e inovação no ensino superior, de acordo com os tempos atuais e as realidades sociais e culturais da América Latina, tem o desafio de incorporar o conhecimento afrodiaspórico na produção de conhecimento e em projetos de ciência e tecnologia. O papel das universidades é central, pois produzem, geram e transferem conhecimento científico de grande valor para a sociedade, para o desenvolvimento socioeconómico, cultural e comunitário.

Para avançar no desenvolvimento de políticas interculturais ou na interculturalização do ensino superior, é necessário debater não apenas a reduzida participação das populações negras e indígenas no ensino superior, mas também o discurso hegemônico eurocêntrico e as relações de poder através das quais o conhecimento e o conhecimento de comunidades indígenas e povos negros foram hierarquizados.

Quero encerrar com alguns desafios que temos pela frente:

1. Contribuir desde uma perspectiva comparada para o campo dos estudos sobre políticas de igualdade e democratização do ensino superior na região.
2. Contribuí para o campo dos estudos étnico-raciais na região, oferecendo uma análise que questiona a guinada à direita num grupo importante das nossas sociedades. Perguntemo-nos a que sociedade servem as nossas práticas diárias e as nossas pesquisas.
3. recuperar uma perspectiva interseccional que nos permita problematizar as visões homogêneas que por vezes temos dos estudantes, da sua identidade, do seu género ou da sua sexualidade. Permite compreender como a intersecção de classe social, racialização e sexualidade influencia ou marca a experiência de cada pessoa em relação à sexualidade.
4. É fundamental evidenciar e problematizar as Desigualdades, bem como compreender que elas não ocorrem isoladamente. Patricia Hill Collins diz que as desigualdades trabalham juntas para produzir injustiças.
5. construir currículos mais inclusivos, fundamentais para dismantelar as desigualdades de género, desconstruindo estereótipos de género e promovendo a igualdade entre raparigas, rapazes e adolescentes
6. Trabalhar pelo respeito à diversidade sexual, prevenir a discriminação e a violência contra as pessoas LGBTIQ+ que sofrem subjugação num contexto de demonização² das suas reivindicações.

7. Pensar hoje os direitos humanos fornecem ferramentas às quintas-feiras para que possam tomar decisões informadas, e para elas é importante sustentar políticas de memória, uma memória ativa, rebelde, que não ceda aos interesses do poder.

8. Finalmente, potenciar a articulação, espaços de articulação afro diaspórica nos campos político, acadêmico e social.

Muito obrigado.

Referência

1. NUDES UFAL. O NUDES – Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisas sobre Diversidade e Educação no Sertão Alagoano, tem a honra de realizar seu IV Seminário Nacional e I Internacional nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2024. In.: YOUTUBE. **Conferência de abertura** - Sociedade Educação e Direitos Humanos: equidade na diversidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TsiqUqq3ytI>. Acesso em: 01 jan. 2026.